

As mulheres como sujeitas na esfera pública municipal:

Análise da atuação das prefeitas e secretárias da microrregião de Lavras

Luiza de Carvalho Pires
Camila Maria Risso Sales

Resumo

A presente pesquisa é um estudo teórico-empírico e exploratório que buscou compreender qual a percepção das mulheres que são sujeitas e ocupam cargos centrais na administração pública dos municípios da microrregião de Lavras, com relação aos desafios de sua atuação, seu lugar de fala enquanto mulher e sua práxis na promoção de políticas públicas de gênero. Para o recolhimento de dados foi usado o método entrevista em profundidade e analisada a vivência subjetiva dessas mulheres, as quais demonstraram enfrentar grandes dificuldades em suas jornadas profissionais e políticas, especialmente depois de terem sido eleitas ou nomeadas para cargos importantes na administração pública. Chega-se à conclusão de que a política é um espaço de dominação masculina em que, mesmo quando as mulheres alcançam um lugar de tomada de decisões, são reposicionadas de acordo com condutas esperadas da feminilidade, como a vocação para o cuidado maternal, a sensibilidade e a bondade.

Palavras-chave: Mulheres; Administração Pública; Cuidado; Políticas públicas

Abstract

Entre 150 e 200 palavras, espaçamento simples.

Keywords: no máximo 5, espaçamento simples, separadas por ponto final.

1 INTRODUÇÃO

A história da inserção das mulheres na política institucional é recente. A conquista do direito ao voto feminino foi incorporada à legislação brasileira no código eleitoral de 1932, deixando de ser facultativo e condicionado a algumas restrições somente na Constituição de 1946. No entanto, o direito formalizado ao voto não resultou automaticamente em condições igualitárias para as mulheres na participação política.

Os dados sobre a baixa participação feminina na política são expressivos. No Brasil, isso é observado em todos os âmbitos da política institucional. No legislativo, a porcentagem de cadeiras ocupadas por mulheres na Câmara dos Deputados, durante o mandato 2018-2022, é de 15%, correspondente a 77 deputadas de um total de 513. No Senado, elas representam somente 14,8%, referente a 12 senadoras de um total de 81. No executivo, os dados dizem o mesmo: dos 27 governos estaduais, apenas um é ocupado por uma mulher.

Já nas prefeituras, no mandato de 2021-2024, somente 11,8% têm mulheres como chefes do executivo.

Segundo Biroli (2018), mesmo que, formalmente, as mulheres estejam incorporadas no mundo da política através das legislações, existem barreiras informais que dificultam e as excluem de participarem da política institucional. À mulher ainda são relegadas quase todas as tarefas do cuidado com a vida doméstica, ou seja, o cuidado com crianças, idosos, tarefas do lar. Essa jornada tira da mulher um tempo que é fundamental para que ela tenha condições de participar da vida pública.

Entretanto, de acordo com Gomes (2014), mesmo quando as mulheres conseguem alcançar a política institucional, há uma série de preconceitos e papéis a serem desempenhados, atribuídos a elas ao longo do tempo. Assim, as mesmas assumem traços que são culturalmente ligados às mulheres, sobretudo as questões sociais, os referentes à família, crianças, idosos ou mesmo as próprias lutas de gênero. Mas, mesmo se assumem discursos e assuntos defendidos tradicionalmente por homens, são criticadas e vistas de forma negativa.

Diante do cenário exposto, percebe-se a importância de estudos no Campo de Públicas a respeito da participação feminina nos espaços de representação e de exercício da administração pública com foco nas cidades do interior. Esse recorte, tem a ver com a necessidade de levantar dados também a respeito da política local e por isso as cidades selecionadas estão na região de Lavras, no entorno da sede da Universidade Federal de Lavras (UFLA), tendo em vista o caráter extensionista da mesma e a capacidade de contribuir com o desenvolvimento local desses municípios.

Portanto, buscou-se responder a questão: qual é a percepção das mulheres que são sujeitas e ocupam cargos centrais na administração pública dos municípios da microrregião de Lavras com relação aos desafios de sua atuação, seu lugar de fala enquanto mulher e sua práxis na promoção de políticas públicas para mulheres?

Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo analisar as mulheres como sujeitas políticas na administração pública em esfera municipal, na microrregião de Lavras. Para realizar os objetivos propostos foram realizadas entrevistas com prefeitas e secretárias da microrregião, a fim de compreender a percepção das mulheres com relação ao trabalho que executam e se formulam políticas públicas destinadas ao gênero, a forma como são vistas pela sociedade em geral, bem como as dificuldades que enfrentam cotidianamente em seu ambiente de trabalho.

Quanto ao embasamento da pesquisa, caracteriza-se por teórico-empírica, uma vez que foi-se a campo para levantar informações, com o auxílio de instrumentos para coleta de

dados. Para o recolhimento de dados foi utilizado o acesso à página dos municípios a fim de localizar o e-mail e telefone de contato das secretarias. Após encontrado, foram enviados os questionários para as secretárias e prefeitas da gestão 2016-2020 e tentado contato telefônico com todas para informá-las sobre a solicitação de agendamento de uma entrevista virtual, onde algumas optaram pela plataforma Google Meet e outras via áudio no aplicativo WhatsApp.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O IMPACTO NAS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA

Para Hirata et al (2009), homens e mulheres não se encontram em determinadas condições por causa de um fator biológico, mas sim devido a construções sociais. Eles fazem parte de dois grupos sociais que estão envolvidos nas relações sociais de sexo que se exprimem por meio da divisão sexual do trabalho. A autora afirma que a noção da divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação e o da hierarquização. O primeiro está ligado à ideia de que existem “trabalhos de homens” e “trabalhos de mulheres” e o segundo é a ideia de que o trabalho de homem vale mais do que o de mulher.

Carole Pateman expõe em seu livro *O Contrato Sexual* (1988) que a dominação e a subordinação das mulheres aos cuidados do lar, bem como a desvalorização do trabalho doméstico se deram com a diferenciação entre público e privado. Ou seja, a divisão sexual do trabalho configura uma forma de contrato destinado a instituir as relações entre homens e mulheres. O que ela chama de contrato sexual, foi legalizado na forma jurídica de casamento e possibilitou a exclusão das mulheres na vida política, sendo elas subordinadas as vontades de seus maridos e estes passados a representá-las na esfera pública.

Portanto, a divisão sexual do trabalho é um debate central para compreender a permanência das desigualdades de gênero. Segundo dados obtidos pela Pesquisa Mensal por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do ano de 2019, enquanto os homens dedicam 10,8 horas semanais com os afazeres domésticos, as mulheres os exercem por cerca de 20,9 horas, ou seja, o dobro do tempo dedicado pelos homens. (Agência IBGE Notícias)

Essa organização cultural do cotidiano tem consequências muito além da vida privada e doméstica, já que ao dedicar grande parte do seu tempo nas tarefas do lar, sobra às mulheres menos tempo para outras atividades, como por exemplo a política.

Segundo Biroli (2018) a renda desigual do trabalho tem relação com dois aspectos das relações de gênero. O primeiro é que alguns tipos de trabalho são marcados historicamente pela gratuidade. Ou seja, os serviços domésticos como lavar a louça, cuidar de crianças e idosos, preparar alimentos, cozinhar, foi visto como trabalho gratuito a ser exercido por mulheres em favor dos homens, sendo eles liberados dessas tarefas. Assim, mesmo quando esse trabalho é exercido de forma remunerada, existe uma ligação ao histórico da gratuidade, que faz com que o mesmo seja desvalorizado.

O segundo ponto é que o problema da desvalorização do trabalho fundamental não é um problema político central. Portanto, a autora afirma que não é uma coincidência que quem exerce esse trabalho é quem mais está em desvantagem representativa na política. Assim, por não ocuparem os espaços de debates políticos, os problemas enfrentados por mulheres, sobretudo negras, também não se tornam pautas.

No entanto, mesmo quando essas mulheres conseguem, de alguma maneira, chegar aos espaços de representação e poder, elas precisam se submeter a lógica paternalista ao abraçarem pautas que estão ligadas diretamente à vida privada e ao cuidado maternal. Miguel e Feitosa (2009), trazem como objeto de estudo o debate na Câmara dos Deputados e afirmam que este se mostra um debate masculino. Em análise feita pelos autores, os discursos foram categorizados nos termos usados pela ciência política norte-americana: *hard politics*, *middle politics* e *soft politics*. O primeiro está relacionado ao núcleo do processo político, ao exercício do poder de Estado e a gestão da economia. Ao contrário, *soft politics* está relacionado a tudo que engloba o aspecto social. Já o termo *middle politics*, é associado aos temas que permitem uma abordagem mista, tanto das questões econômicas, quanto sociais, como por exemplo, a previdência social.

Em análise feita pelo autor e pela autora, constatou-se que ambos os sexos fazem maior uso dos temas associados à categoria *hard politics*, o que pode significar que estas questões estão centralizadas no debate político e atribuem visibilidade a quem delas se ocupa. Ainda assim, os homens detêm maior porcentagem na execução desses discursos, sendo que esses temas estão presentes em 73,3% dos discursos deles e 67,3% dos discursos delas. Ao analisar a categoria *middle politics*, percebe-se uma inversão quanto à categoria anterior, sendo 22,6% proferidas por mulheres e 19,5% por homens. Entretanto, a maior diferença se apresenta na *soft politics* em que as deputadas pautaram 46,8% das temáticas vinculadas às áreas sociais e os deputados apenas 30,8%.

2.2 PRIMEIRO-DAMISMO E O LUGAR DAS MULHERES NA ESFERA PÚBLICA

Para Ruggiero (2017) há um outro fator que implica sobre o lugar da mulher na política ou o seu não lugar, sobretudo nos espaços decisórios, chamado primeiro-damismo. Há uma construção simbólica fortíssima da mulher como a mãe de família, cuidadora do lar e esteio de apoio ao marido, sobretudo quando este ocupa um cargo importante. A esse respeito, Okin (2008) expõe que os homens são vistos como responsáveis pelas esferas da vida econômica e política e as mulheres responsáveis pela vida privada, em que cabem as preocupações com a domesticidade e reprodução. Ela enfatiza que "as mulheres têm sido vistas como naturalmente inadequadas à esfera pública, dependente dos homens e subordinadas à família" (p. 308) e a ideia que prevalece é a de que políticos são "homens que têm esposas em casa" (p. 311).

Segundo a Associação Histórica da Casa Branca, a concepção de primeira-dama se deu nos Estados Unidos, em meados do século XIX. Apesar de não saberem ao certo a data oficial que marca o início do uso do termo, os historiadores afirmam que ele passou a ser frequentemente utilizado na imprensa no governo do presidente americano Grover Cleveland, entre 1885 e 1889, para fazer referências à sua mulher, Frances Folsom Cleveland.

As primeiras esposas dos governantes no início da República no Brasil, tinham um perfil mais tradicional, sendo reservadas aos afazeres domésticos e apareciam apenas para acompanhar seus maridos em eventos importantes. Entretanto, em 1945, o papel de primeira dama ganhou grande destaque com Darcy Vargas, esposa do presidente Getúlio Vargas, que foi a criadora da Legião Brasileira de Assistência (LBA). A organização tinha como objetivo ajudar as famílias dos soldados brasileiros que estavam na segunda guerra mundial e virou um símbolo do trabalho voluntário feminino no Brasil, se tornando um "emprego" para as primeiras-damas brasileiras seguintes, com quase todas ocupando sua presidência.

De acordo com Torres (2002), com a cultura do primeiro-damismo já instaurada, a assistência social passou a ser vista como uma bondade dos governantes exercida pelas mãos "generosas" de suas esposas. A autora afirma que "os papéis de primeira-dama assentam-se nesses valores ditos femininos, em que os sentimentos de bondade e de solidariedade acabam sobrepondo os níveis de racionalidade das atividades assistenciais desenvolvidas por essas mulheres" (p.58).

Souza et al (2015) destaca então que ao longo da história as primeiras-damas assumiram a responsabilidade de programas e secretarias da área social, sendo dificilmente alocadas em secretarias com temas de finanças, infraestrutura e desenvolvimento urbano, reforçando a ideia de que essas áreas não são da competência feminina.

[a]o ocupar postos públicos, a atuação da mulher [...] [continua a gravitar] ao redor de atividades que, de certa forma, refletem também o mundo privado. Quando raramente alcançam os altos postos da hierarquia burocrática do aparelho estatal, são como secretárias de educação e bem-estar social. No Brasil, poucas foram as mulheres que conseguiram chegar aos altos escalões dos ministérios considerados de maior importância para a estrutura político-administrativa, ou mesmo romper o bloqueio na área jurídica, ascendendo aos tribunais superiores (SOUZA ET AL, 2015, p.4 apud COSTA, 1998, p. 76).

Portanto, o autor afirma que mesmo quando as mulheres chegam à política institucional, elas estão associadas ao papel maternal, do cuidado e relacionadas à construção cultural da feminilidade, dedicando suas atividades às promoções de melhorias para mulheres, crianças, idosos, saúde pública, educação, entre outras.

2.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DE MULHERES QUE ATUARAM NAS SECRETARIAS

Às mulheres que atuaram nas secretarias das nove cidades da microrregião de Lavras, durante a gestão 2017-2020, foi encaminhado um questionário contendo perguntas referentes a informações pessoais e à vida profissional, relação com colegas de trabalho e atuação feminina dentro das administrações municipais.

Dos 48 questionários enviados para os e-mails institucionais das secretárias, 5 (cinco) foram respondidos, pouco mais de 10% do total, por: uma secretária de Lavras, duas de Nepomuceno, duas de Carrancas. Dessas, duas ocuparam o cargo-chefe na Secretaria de Assistência Social, uma foi Secretária Municipal de Educação, uma exerceu a gestão na Secretaria de Fazenda e a outra na Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A faixa etária das entrevistadas varia entre 30-40 anos (duas - 32 e 38) e 40-50 anos (três - 45, 46 e 48).

Além de a maioria das entrevistadas ter mais de 40 anos, idade na qual supostamente já cumpriram papéis sociais esperados delas, como casamento e maternidade, observa-se que somente uma das entrevistadas é solteira, sendo que todas têm filhos, quatro delas são mães de um único filho e uma mãe de três. A opção por apenas um filho, comumente apresentada pelas entrevistadas, pode estar diretamente ligada às duplas jornadas exercidas por mulheres e a redução do trabalho doméstico não remunerado em detrimento de uma maior jornada de trabalho na esfera pública. Segundo Birolli (2016):

“ainda hoje, a organização das relações entre as esferas doméstica e pública é pautada pela permanência da mulher como a responsável pelo trabalho

doméstico e pela criação dos filhos, o que certamente modela sua trajetória e suas escolhas” (p.24).

Das 5 mulheres entrevistadas, duas afirmaram ter encontrado dificuldades nos cargos pelo fato de ser mulher. Para a Secretária A, “a feminização da Assistência Social faz aumentar as diversas formas de assédio, gera preconceitos, diminui os salários e exclui”. A mesma relata que vivenciou essa discriminação em atitudes como a exclusão de reuniões importantes, mesmo ocupando o cargo de coordenadora da pasta e que haviam questionamentos quanto a gratificação salarial adicionada ao mudar de cargo, o que não era feito com outros técnicos do sexo masculino.

A diferença de tratamento perante os pares masculinos também é observada pela Secretária C.

Vivi algumas situações mais delicadas, que acredito que tenha passado por ela pelo fato de ser mulher. Uma determinada pessoa do sexo masculino agia com agressividade apenas com mulheres, com homens e autoridades ele não era agressivo da mesma forma.

Apesar de todas afirmarem que as mulheres têm competência para assumir a gestão nas demais áreas da administração pública, elas enfatizam a possível existência de um lugar em que a mulher teria mais facilidade para estar à frente.

Acredito que todos os setores podem ser bem administrados tanto por mulheres como por homens, porém nas áreas da saúde, educação e assistência social a mulher consegue observar melhor situações que exigem tomadas de atitudes que necessitem um olhar mais sensível. Acredito que os homens têm a tendência de não se deixar levar pela emoção, preferindo agir mais com a razão. (Secretária B)

Eu acho que, por exemplo, para a mulher assumir o transporte que cuida da mecânica em geral dos veículos ou de toda a logística de transporte, que tem contato direto com os mecânicos, (...) tem que ter um feeling pra isso, eu acho que não pode ser qualquer mulher. (Secretária C)

Acho que tem setores que exijam mais da mulher, por exemplo, se você colocar a mulher num setor de obras, ela vai encontrar mais dificuldades. Porque no setor de obras, geralmente a maioria são homens. E essa discriminação é lógico que existe, essa resistência. Eu acredito que na área de obras ela teria que ter uma postura mais firme, por lidar diretamente, praticamente, só com homens. (Secretária D)

Essas falas acabam, mesmo sem perceber, reproduzindo discursos sobre características femininas e masculinas que diferenciam homens e mulheres na sociedade e na política. Isso é evidente quando afirmam que as mulheres possuem naturalmente maior

sensibilidade e facilidade, especialmente, para tomarem frente de atividades ligadas ao social, como a saúde, educação, assistência social e maior dificuldade em espaços como o setor de transportes ou de obras. Essas afirmações, segundo Gomes (2014), são “construções históricas e socialmente construídas relativas às diferenciações de gênero” (p.115).

As secretárias, em unanimidade, disseram enxergar o papel da mulher na política como sendo de grande importância. Para a Secretária B, “a sensibilidade feminina pode detectar situações de maior atenção no atendimento à população mais carente, com isso a formulação de políticas públicas pode ter um olhar mais humanizado.”. Novamente pode-se perceber a reprodução do estereótipo da mulher, em que acredita que a mesma é detentora natural de valores como bondade e solidariedade, e a perpetuação do discurso essencialista de gênero.

Ao perguntar se na gestão em que elas estiveram à frente das respectivas secretarias houve alguma ação específica para as mulheres, somente as secretárias da pasta de Assistência Social disseram que sim. A Secretária E informou que trabalhou com mulheres vítimas de violência através do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e a Secretária A disse que havia o grupo “Momento Mulher - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV)” e também realizava campanhas sobre o tema da violência contra a mulher onde eram oferecidas palestras, reuniões e atendimentos. Havia também o grupo Conviver (SCFV) que discutia questões referentes à mulher na terceira idade.

A resposta da Secretária B também chama atenção: “A minha gestão foi sempre pautada na igualdade e equidade e por isso o tratamento entre homens e mulheres sempre foi igual, não havendo nenhuma ação específica para as mulheres.”

Há um equívoco ao dizer que existe equidade quando homens e mulheres são tratados de forma igualitária. Isso porque, segundo Fellipelli (2018), a equidade é entendida como uma assimetria social quando trata homens e mulheres de forma diferenciada e positiva, tentando diminuir as desvantagens impostas ao grupo que não tem os mesmos direitos, privilégios e oportunidades que o outro. Nesse sentido, de acordo com Camps (2001) fazer justiça é tratar os diferentes de maneira diferente. Assim, o papel dos gestores públicos na formulação e implementação das políticas de gênero é primordial, como apontado por Lisboa e Mafrini (2005), “igualar mulheres e homens através do princípio da equidade deve ser um compromisso social inerente às políticas públicas” e “as medidas concretas para efetivar o princípio da equidade de gênero são as políticas e ações afirmativas.” (p. 4).

Diante das perguntas referentes à experiência pessoal das secretárias, chegou-se a análise de três categorias: a) percepção de condição discriminatória, ou seja, ela percebe e reconhece que há uma discriminação pelo fato de ser mulher b) situação discriminatória

pontual, mas sem percepção da condição, que é quando a secretária reconhece que já sofreu alguma discriminação pontual, mas não percebe-se oprimida, considerando o ocorrido um fato isolado c) nenhuma percepção de condição discriminatória, que é quando a entrevistada entende que nunca sofreu nenhum tipo de discriminação.

Tabela 1 - Análise das questões sobre a experiência pessoal das entrevistadas.

Percepção de condição discriminatória	1
Situação discriminatória pontual	1
Nenhuma percepção de condição discriminatória	3

Fonte: elaboração da autora

Quanto à visão sobre a Administração Pública em geral, também foram analisadas três categorias. São elas a) desigual: mulheres com menos espaços, em que a entrevistada reconhece que as mulheres, pelo fator gênero, ocupam menos espaços que os homens; b) igualitária, onde mulheres e homens ocupam os mesmos espaços e c) competências específicas para cada gênero, quando a entrevistada enxerga que não é desigual, mas sim que homens e mulheres possuem diferenças e devem ocupar determinados lugares na administração pública a partir de suas competências.

Tabela 2 - Análise das questões quanto à visão sobre a administração pública.

Desigual: mulheres com menos espaços	3
Igualitária	1
Competências específicas para cada gênero	1

Fonte: elaboração da autora

Por fim, quanto às questões referentes a visão das entrevistadas no que diz respeito a mulher na política, chegou-se aos seguintes resultados: a) olhar engajado, que é quando a entrevistada reconhece que a mulher deve atuar na política e conquistar seu espaço, tendo um olhar de militância; b) olhar generalista, quando ela vê a participação da mulher na política como um fator importante, mas não se aprofunda nesta questão; c) olhar perceptivo de

desigualdade, mas pouco engajado, quando ela percebe a desigualdade, mas não vê necessidade de engajamento para que essa realidade seja modificada; e d) olhar em consonância com a subjugação feminina, que é quando a mulher concorda que há espaços em que a mulher não deve ocupar dentro da política.

Tabela 3 - Análise das questões quanto à visão das entrevistadas sobre a atuação da mulher na política.

Olhar engajado	1
Olhar generalista	2
Olhar perceptivo de desigualdade, mas pouco engajado	1
Olhar em consonância com a subjugação feminina.	1

Fonte: elaboração da autora

2.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DE MULHERES QUE FORAM ELEITAS PARA MANDATOS

Das nove cidades da microrregião de Lavras/MG, apenas duas elegeram mulheres para os cargos majoritários do executivo para o mandato 2017-2020, sendo elas Nepomuceno/MG (prefeita A) e Ribeirão Vermelho/MG (prefeita B). A elas foi encaminhado um questionário contendo perguntas sobre suas experiências na administração pública, informações pessoais e suas visões sobre as mulheres na política.

A prefeita A, desde o início da vida política foi filiada ao Partido Social Democrático (PSD) e se candidatou a 3 eleições, obtendo uma derrota e duas vitórias. Já a prefeita B, foi filiada ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) por 15 anos e atualmente deixou o partido para também se filiar ao PSD. A mesma se candidatou a 5 eleições, saindo vitoriosa em três candidaturas e derrotada em duas.

Além das duas prefeitas terem mais de 50 anos (prefeita A - 60 e prefeita B - 53), nota-se que nenhuma delas é casada. A prefeita A é solteira e sem filhos e a prefeita B é divorciada e tem dois filhos. Essa coincidência pode ser explicada por Bourdieu (2005) ao afirmar que mulheres que atingem os mais altos cargos “pagam” por este sucesso profissional com um menor “sucesso” na vida doméstica e na economia de bens simbólicos (p. 126). Dessa forma, não é de se estranhar, segundo Miguel (2009 p.34), que existam mais mulheres solteiras, divorciadas ou viúvas na política.

Ainda, é importante destacar que as duas entrevistadas possuem parentes diretos que têm histórico na política. Os pais de uma e outra foram eleitos para três mandatos, sendo o pai da prefeita A para o cargo de vereador e o da prefeita B para o cargo de prefeito. Para Pinheiro (2007), uma das formas mais tradicionais para as mulheres entrarem na política é através do capital familiar, ou seja, elas herdam um prestígio político, seja de seus pais ou maridos, além de uma série de vínculos, compromisso e lealdades.

Visto isso, embora arriscando uma redução, as duas prefeitas, cujas narrativas estão sendo analisadas, acumularam capital político para suas primeiras candidaturas através do capital familiar. No entanto, apesar de ambas exporem sobre a vida política de seus pais, elas não atribuem a isso a vontade e influência de se candidatarem. A esse respeito, Pinheiro (2007) afirma que “para aquelas que não se utilizaram de capital familiar para construir suas trajetórias políticas, há a percepção de que a entrada na política por essa via é um elemento de desqualificação da capacidade de atuação política daquela mulher.” (p.111). Portanto, cabe enfatizar que, mesmo que haja um capital familiar, não se pode desqualificar o protagonismo de ambas na política, sobretudo porque elas mantêm uma carreira já consolidada com várias eleições e mandatos.

Ambas relatam que foi a partir de experiências que envolviam a política institucional que surgiu o interesse e tomaram a decisão de entrar para a política. A prefeita A disse que, apesar de sempre ter apoiado campanhas políticas, decidiu se candidatar após a experiência de administrar a Santa Casa do município. Já a prefeita B trabalhava na Assembleia Legislativa de Minas Gerais quando três presidentes de partidos de sua cidade natal a convidaram para ser a primeira mulher a concorrer ao pleito no ano de 2000. Ela relata que uma das maiores dificuldades que já enfrentou foi na sua primeira candidatura, pois tinha que convencer a população de que uma mulher poderia governar e administrar uma cidade, portanto afirma que o fato de ser mulher fez com que enfrentasse dificuldades no empenho desta eleição. Já a prefeita A expôs que sua maior dificuldade foram as alianças políticas, uma vez que havia muitas divergências de interesses entre elas.

Ao perguntar se as entrevistadas já sofreram algum ataque na política por serem mulheres, a prefeita A também narrou um fato que aconteceu em sua primeira eleição, quando tentaram imputá-la uma conduta que a mesma não havia exercido. Entretanto, apesar de saber quem foi o autor da difamação, ela preferiu não levar o ataque adiante e o deixou de lado.

Esse acontecimento faz parte do fenômeno conhecido como fake news, que tem sido pauta nas eleições em todo o mundo, especialmente desde que, segundo Gadelha e Kerr (2019) favoreceram Donald Trump no pleito norte-americano, contra uma candidata mulher,

Hillary Clinton, em 2016. De acordo com a especialista Patrícia Blanco, presidente do Instituto Palavra Aberta, as mulheres são as principais vítimas de fake news, além de ameaças, violências e xingamentos publicados na internet. (Agência Câmara Notícias)

A prefeita B também dissertou sobre o ocorrido com ela: “Todas as questões utilizadas pela oposição iam para o lado pessoal, analisavam e divulgavam a minha vida pessoal e não meu desempenho profissional.” A esse respeito, Carniel. et al (2018) afirma que às mulheres são feitos julgamentos sobre suas vidas privadas, enquanto os homens são avaliados por suas habilidades técnicas.

Além disso, os parâmetros de julgamento não são os mesmos para políticos e políticas. A vida privada/familiar e o trato social são enfatizados no caso feminino, em conformidade com as expectativas de “polidez” e “cuidado” das relações sociais generificadas; ao passo que “habilidade técnica” e “firmeza” são as qualidades masculinas tipicamente destacadas. Em paralelo, a dimensão corporal é marcante na representação das mulheres, sendo esse aspecto extensivo às candidatas ou às eleitas (p. 12).

Perguntadas se em algum momento enfrentaram dificuldades para que a equipe ouvisse suas orientações, a prefeita B relatou que teve problemas com alguns secretários que eram muito machistas e ficavam visivelmente irritados ao serem alertados e direcionados, entretanto teve sua palavra melhor ouvida nas pastas da Saúde e Assistência Social. Como já mencionado, esse fato pode ter acontecido já que a participação da mulher na política é legitimada quando trata de assuntos relacionados ao cuidado, “visto que ela é a mais indicada na defesa de projetos que atendam a essas demandas” (MEDEIROS, 2012, p. 78).

A prefeita A informa nunca ter tido essa dificuldade e relaciona isso a ideia de possuir uma liderança respeitada. Ao ser questionada se desenvolveu alguma ação específica para as mulheres em seus mandatos, ela responde de maneira contraditória:

Infelizmente, ou felizmente, eu não sou militante do feminismo. Defendo os nossos direitos, mas sem muito radicalismo. Eu me preocupo com a violência contra as mulheres que ainda é muito grande e esse trabalho eu acompanho de perto. Mas temos muitos programas para dar dignidade, trabalho e geração de renda para mulheres que são o esteio de muitas famílias.

Essa associação do feminismo ao radicalismo, pode ter a ver com estereótipos que, segundo Scharff (2019), persistem desde a década de 1920. A autora relata que após entrevista com mulheres alemãs e britânicas, descobriu que a rejeição ao rótulo de feminista era porque o termo estava associado a “ódio aos homens ou falta de feminilidade.” (BBC News)

A respeito do desenvolvimento de ações específicas para as mulheres, a prefeita B não cita uma ação exclusiva para o município, mas diz que em seu segundo mandato foi Presidente Estadual do PTB Mulher, desempenhando um “bom papel de inclusão de novas mulheres na política”, através de suas filiações. Para ela, o papel da mulher na política é a luta para minimizar as diferenças sociais existentes e “implantar projetos sociais que incentivem a mulher a ter uma vida mais ativa”. A prefeita A afirma que quanto mais mulheres na política, mais transformações haveriam, já que mulheres são mais “dedicadas, apaixonadas e sérias.”

Sobre sua experiência pessoal frente a administração pública, a prefeita B se enxerga como uma “protetora de mulheres” e diz que defende a ideia de que as mulheres não querem nem mais e nem menos que os homens, mas sim o mesmo. Mais uma vez é possível perceber que a mulher é retratada como frágil e necessitada de proteção, além de vocacionada para o aspecto social.

3 CONCLUSÃO (OU CONSIDERAÇÕES FINAIS)

Nessa pesquisa foram entrevistadas cinco secretárias e duas prefeitas da microrregião de Lavras. A maioria delas coadunam com as ideias de que existem temáticas mais afeitas às mulheres e possuem um olhar mais generalista sobre a discriminação sofrida em razão do gênero em espaços políticos. Portanto, tendo em vista a pouca percepção dessa discriminação, bem como o raro engajamento nessa pauta, especialmente as prefeitas, não direcionam ações específicas no município para aumentar a participação feminina na política.

Um outro ponto encontrado é o capital familiar responsável por, tradicionalmente, facilitar a entrada das mulheres na política. Esse fato pode evidenciar que as mulheres são mais aceitas quando são precedidas de um familiar homem, como é o caso das duas prefeitas em análise neste trabalho, que tiveram os pais ocupando cargos políticos em suas respectivas cidades.

Nota-se também que, nos municípios analisados neste trabalho, as políticas públicas destinadas às mulheres são políticas orientadas por uma agenda nacional. Desde a concepção da Constituição Brasileira de 88, as mulheres participaram, com limites, e demandaram do Estado espaços de participação e construção de políticas orientadas às suas necessidades. A atuação do período da constituinte, apesar de uma baixíssima representação composta de somente 26 mulheres num universo de 512 parlamentares, fez com que tenhamos até hoje reflexos de avanços importantes nos direitos das mulheres, como por exemplo, o marco da construção do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres.

Entretanto, outro momento histórico no Brasil ocorreu no ano de 2016, com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) que foi responsável por um processo agudo de fechamento político e democrático. Esse fechamento teve como uma de suas consequências a redução dos espaços de participação feminina no Estado, portanto, as brechas que foram abertas, a duras penas, no início da redemocratização, foram fechadas radicalmente e perpetuam até o presente momento, em que um governo de extrema-direita está no exercício do poder.

Esse processo tem impactos diretos nos municípios, especialmente de menor porte, já que, como visto nesse trabalho, as únicas políticas públicas existentes, especialmente no que diz respeito aos aspectos sociais, são orientadas pelo governo federal.

No entanto, é perceptível como a jornada para alcançar um espaço de poder e decisão não se torna menos árdua após as mulheres terem conquistado este objetivo. Mesmo após eleitas ou nomeadas para cargos importantes dentro da política, as mesmas se deparam com grandes dificuldades, como a objeção de colegas diante de suas orientações; as ameaças e notícias falsas espalhadas na internet; a exposição de suas vidas pessoais e o julgamento sobre a vida privada ao invés da pública.

Contudo, percebe-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido e que as mulheres ainda enfrentam grandes dificuldades em se fazerem presentes nos espaços de decisão e poder, apesar de participarem, de certa forma, da política institucional. É nesse sentido que é preciso reconfigurar a esfera política e propor novos caminhos de transformações estruturais e culturais, havendo uma reforma política que também tenha foco nas questões referentes ao gênero, o que pode ser considerado um interessante estudo a ser desenvolvido, bem como a replicação desta pesquisa de modo ampliado.

Portanto, há cada vez mais necessidade de se colocar em pauta os debates sobre as esferas públicas e privadas, conscientizando da responsabilidade de governos na criação de leis e políticas públicas que solucionem o problema público da exclusão política da mulher.

REFERÊNCIAS

- BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.
- Camps, Victória. **O século das mulheres**. Tradução: Regina Louro. Editora Presença, 2001.
- CARNIEL, Fagner; RUGGI, Lennita; RUGGI, Júlia de Oliveira. **Gênero e humor nas redes sociais: a campanha contra Dilma Rousseff no Brasil**. *Opin. Publica*, Campinas, v. 24,

n. 3, p. 523-546, Dec. 2018. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762018000300523&lng=en&nrm=iso>. access on 17 May 2021.

Gadelha, Rejane; Kerr, Roberta. **A Pequena Política e as Fake News contra a Candidata Mulher nas Eleições Presidenciais de 2018**. UFF, 2019.

GOMES, Alessandra Soares Muniz. **Meios de comunicação e representação das mulheres na política: narrativas jornalísticas e autopercepção identitária das deputadas federais** Juiz de Fora: UFJF. 2014

HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP : São Paulo, 2009.

Lisboa, Teresa Kleba; Manfrini, Daniele Beatriz. **Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos**. Florianópolis, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/7103/6570>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

MEDEIROS, MOÍZA SIBERIA SILVA DE. **PRIMEIRO-DAMISMO NO CEARÁ: Luíza Távora na gestão do social**. UECE, 2012

Mesquita, Lígia. **De onde vem o papel da primeira-dama — e a tradição de trabalho social**. **BBC News Brasil**, Londres, 03 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46747022>>. Acesso em: 26 de julho de 2020.

Miguel, Luis Felipe; Biroli, Flavia. **Práticas de gênero e carreira política: vertentes explicativas**. Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v18n3/v18n3a03.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. Tradução: Flávia Biroli. Revista Estudos Feministas, v. 16, n. 2.

Pinheiro, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares na pós-constituente**. UNB, 2006.

Pires, Valdemir Aparecido et al. **Dossiê campo de públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais**. Administração Pública e Gestão Social, v. 6, n. 3, p. 109-167, 2014.

Ribeiro, Giovanna. **Para especialistas, mulheres são as principais vítimas na divulgação de informações falsas na internet**. Agência Câmara de Notícias, 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/618014-para-especialistas-mulheres-sao-as-principais-vitimas-na-divulgacao-de-informacoes-falsas-na-internet/>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

RUGGIERO, Mayna Blotta. **Marcela Temer, a primeira-dama e suas representações nos portais Folha de S. Paulo e o Globo**. UNB. 2017.

Scharff, Christina. **Por que tantas mulheres jovens não se identificam como ‘feministas’**. **BBC News**. Londres, 19 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-47283014>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

SOUZA, Renato Jameson Ludugero de et al. **Quando as primeiras-damas entram em cena:** discutindo o papel das primeiras-damas da Região Centro-Sul do Ceará na gestão de políticas sociais. IFCE. 2015.

TOMAS, Ana. **Mapa global da ONU mostra que em 2019 só um em cada cinco ministros é mulher.** Disponível em: <<https://www.delas.pt/mapa-global-da-onu-mostra-que-em-2019-so-um-em-cada-cinco-ministros-e-mulher/atualidade/571762/>> Acesso em 11 jun. 2020

TORRES, Iraíldes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e de poder.** São Paulo: Cortez, 2002